

Por uma nova crítica da economia política¹

Introdução

Bernard Stiegler

Simular o avestruz²

Advertência

As teses propostas neste opúsculo partiram de uma conferência pronunciada em 15 de janeiro de 2009, na *Maison de l'Europe*, por convite de Évelyne Grossman e do *Collège international de philosophie*, e de uma contribuição escrita ao catálogo da exposição *Work: Meaning and Care*, que será apresentada de junho de 2009 à março de 2010, em Desdren, por

¹ 1 No original, *faire l'autruche*. Neste caso, o verbo *faire* significa: adotar uma aparência, imitar. Este uso ocorre também nas expressões: *faire le malade*, *faire l'enfant*, *faire la bourgeoise* etc (N do T).

² No original, *faire l'autruche*. Neste caso, o verbo *faire* significa: adotar uma aparência, imitar. Este uso ocorre também nas expressões: *faire le malade*, *faire l'enfant*, *faire la bourgeoise* etc (N do T).

iniciativa do *Deutsches Hygiene-Museum*, de la *German Federal Cultural Foundation*, e de Daniel Tyradelis.

Eu decidi publicá-las enquanto debates econômicos e políticos ocorrem em países do mundo inteiro à propósito dos “planos de estímulos” que convém promover para limitar os efeitos destruidores da primeira crise econômica planetária do mundo industrial capitalista. Ora, quando, nestes debates, se opõe “estímulo ao investimento” e “estímulo ao consumo”, confunde-se duas questões totalmente distintas, que é preciso tratar simultaneamente, mas a partir de duas escalas temporais diferentes, o que é ainda mais difícil quando *a crise presente marca o fim do modelo consumista*.

O fim do consumismo é sobre o que os partidários do estímulo ao consumo não querem ouvir falar. Mas o governo francês, que defende o estímulo ao investimento, não pretende mais que os apoiadores do estímulo ao consumo colocar em questão o modelo industrial consumista. O “estímulo ao investimento” à francesa (que parece ser mais sutil do lado de Obama) argumenta que *a melhor maneira de salvar o consumo é investir* – isto é, reconstituir a ‘rentabilidade’ e, por conseguinte, o dinamismo empreendedorial, ele próprio fundado sobre o consumismo e seu apêndice: o produtivismo guiado pelo mercado.

Em outras palavras, tal “investimento” não propõe nenhuma visão a longo prazo que tiraria lições da ruína do modelo industrial fundado sobre o automóvel, o petróleo, o planejamento territorial baseado nas redes de autoestradas e nas redes hertzeanas [*hertziens*] de indústrias culturais – conjunto que formava a base do consumismo, mas que se tornou caduco, como aconteceu no decorrer do outono de 2008. Dito de outra maneira, este “investimento” não é um investimento: é, de maneira totalmente contrária, um *desinvestimento* – uma demissão, e que consiste em *simular o avestruz*.

Esta “política do investimento”, que apenas pretende reconstituir o modelo consumista, é a tradução de uma ideologia agonizante que mantém sob inoculação um modelo tornado essencialmente tóxico, recusando e ocultando por tanto tempo quando será ainda possível que este modelo consumista é, a partir de agora, maciçamente tóxico (muito além dos “ativos tóxicos”) porque ele chegou aos seus limites. Trata-se de recusar isto para manter pelo maior tempo imaginável os lucros colossais com que ele ainda beneficia aqueles que o exploram.

Mas ele chegou aos seus limites porque se tornou *sistemicamente curto-prazista* [*court-termiste*], porque ele engendra, ao mesmo tempo, um *erro sistêmico* que *impede estruturalmente a reconstituição de um horizonte de longo prazo*. Este investimento não é um investimento senão no sentido puramente contável do termo: é uma pura e simples manutenção do estado de coisas, visando renovar o parque industrial amortizado sem nada modificar nem na sua estrutura nem, menos ainda, nos seus axiomas – **o que permitirá, espera-se, a renovação das rendas de situações que permitiu a uns e outros vencer.**

Espera-se isto, mas são apenas falsas esperanças de avestruz. O verdadeiro objeto do debate aberto pela crise e sobre a maneira de se sair dela é o ultrapassamento do curto-prazismo ao qual tem conduzido o consumismo intrinsecamente destruidor de todo investimento verdadeiro – isto é, de um investimento no futuro -, o que se traduz *sistemicamente, e não acidentalmente*, pela *decomposição dos investimentos em especulações*.

Que seja preciso, para evitar uma catástrofe econômica maior, e para atenuar a injustiça social ainda agravada pela crise, reparar o consumo e a máquina econômica *tal como ela ainda é*, é uma questão tão urgente quanto legítima – desde que, porém, ela não consista em agravar ainda mais a situação à golpe de trilhões de Euros ou de Dólares, dissimulando assim a verdadeira questão que é a de produzir uma visão e uma vontade políticas que sejam capazes de progressivamente *sair do complexo econômico-político de consumo para entrar no complexo de um novo tipo de investimento*, que deve ser um investimento social e político, um investimento do *desejo comum*, ou seja, daquilo que Aristóteles chamava a *philia*, e como base de um novo tipo de investimento econômico.

Entre a urgência absoluta que se impõe evidentemente como imperativo de salvar a situação presente – e de evitar a passagem de uma crise econômica mundial a uma crise política mundial que somente poderia levar a conflitos militares de proporções mundiais – e a necessidade absoluta que consiste em produzir um futuro potencial sob a forma de uma vontade política e social, há evidentemente uma *contradição*. Um tal contradição é característica do que atravessa um sistema dinâmico (o sistema industrial e capitalista mundial) que entrou em mutação.

A questão é política tanto quanto econômica: é uma questão de economia política em que se trata de *saber em que consiste precisamente a mutação*, e a quais *escolhas políticas*, mas também industriais, ela conduz: trata-se de *saber qual nova política industrial é requerida* (sobre este ponto, ao menos, Barak Obama está á frente dos europeus que parecem perfeitamente concordarem em praticar a denegação).

Não é senão em função desta resposta que podem ser tratadas juntas a questão das medidas a tomar com urgência para salvar o sistema industrial, e a questão da inscrição destas medidas no tempo de uma mutação econômica e política que constitui uma revolução, se é verdade que, quando um modelo é *ultrapassado*, sua transformação, pela qual apenas pode ser evitada uma destruição total, constitui uma *revolução*.

Introdução

1. A economia retencional

Em 2001, eu argumentava, em *La Technique et le Temps 3. Le temps du cinéma et la question du mal-être*, e a partir de uma leitura da *Crítica da razão pura*, sobre a vinda de uma *nova crítica*: de uma crítica passando pela questão da retenção terciária, isto é, pela questão da mnemotécnica – e de maneira mais geral da técnica tal que, como *materialização da experiência*, ela constitui sempre uma *espacialização do tempo da consciência para-além da consciência*, e, assim, uma inconsciência, senão o inconsciente.

O tempo da consciência é tecido pelo que Husserl nomeia retenções e protensões. A retenção primária é a que se forma na própria passagem do tempo, como o curso deste tempo, tal que, como presente que passa, ele é constituído pela retenção imediata e primordial (a “retenção primária”) de sua própria passagem. Ao se tornar passado, esta passagem do presente constitui as retenções secundárias, que tecem as lembranças da memória.

A retenção terciária é uma exteriorização mnemotécnica das retenções secundárias, que são elas próprias engendradas pelas retenções primárias. Mas, na medida em que, desde a origem do processo de hominização que André Leroi-Gourhan descreve como um processo de exteriorização, todo objeto técnico constitui um suporte de memória intergeracional, que, como *cultura material*, sobredetermina as aprendizagens e as atividades mnésicas, a retenção terciária sempre já precedeu a constituição de retenções primárias e secundárias. O ano novo chega num mundo em que sempre já o precedem e o esperam as retenções terciárias que constituem precisamente este mundo *como* mundo. E, como espacialização do tempo individual se tornando por isso mesmo o tempo coletivo, a retenção terciária é uma exteriorização original do espírito.

Todavia, no curso da história humana, a camada retencional mnemotécnica se transforma, se complexifica e se densifica. E, em particular, ela conduz, a partir da sedentarização neolítica, à formação de sistemas de retenções terciárias que constituem registros cada vez mais analíticos dos fluxos retencionais primários e secundários – são assim os sistemas de escritura e de numeração. É assim que se constitui o *logos*: como discretização do fluxo contínuo da linguagem que, espacializada, pode ser considerada analiticamente e entrar na sua era diacrítica, da qual procede fundamentalmente e especificamente a lógica. Mas a discretização do fluxo afeta também os gestos. É isto que, depois que a tecnologia do autômato de Vaucanson foi transferida para o tear de Jacquart, se concretiza e se generaliza como revolução industrial do maquinismo.

Aqui, assim como a palavra, o gesto deve ser considerado como um fluxo retencional, isto é, como uma *seqüência* de gestos, e a aprendizagem de um ofício consiste em produzir retenções secundárias gestuais, enquanto que a discretização e a reprodução espacializada do tempo dos gestos constitui o automatismo técnico por onde este não é mais somente o *logos* da *alma*, mas o gesto do *corpo*, que se torna *analiticamente reproduzível* como retenção terciária. Esta reproduzibilidade é o que produz ganhos retencionais que se pode chamar de grammas [*grammes*]. E eis porque é preciso afirmar que a evolução das retenções terciárias, do neolítico até nossos dias, constitui um processo de gramatização.

No curso do século XIX, tecnologias de gramatização *da percepção audio-visual* aparecem, de modo que são os fluxos de órgãos dos sentidos que se encontram discretizados. Desde então, são todas as funções noéticas, psicomotoras e estéticas que são transformadas pelo processo de gramatização. Do ponto de vista de uma economia política, isto quer dizer que são as funções de concepção, de produção e de consumo que são gramatizadas – e, por isso mesmo, integradas em um aparelho de produção de retenções terciárias controladas por *dispositivos retencionais*.

2. O trabalho da gramatização

Eu gostaria agora de mostrar:

- que a questão da retenção terciária, tal como ele se engendra no curso deste processo de gramatização, é a condição da proletarização descrita por Engels e Marx no *Manifesto do Partido Comunista*;
- que novas formas de gramatização, que Engels e Marx não conheceram, constituem novas formas de proletarização;
- que este ponto de vista faz da nova crítica da economia política que é exigida a tarefa por excelência da filosofia.

Esta pequena obra propõe uma breve exposição das considerações que constituem a base desta nova crítica da economia política, na qual eu me concentrarei em torno de algumas questões em vista de abrir um debate a partir de Marx, e sobre o que ocorre com o trabalho hoje – na medida em que, aparecendo com a sedentarização, o trabalho é sempre sobredeterminado pelo estado da gramatização, e na medida em que a gramatização apresenta em nossos dias desenvolvimentos inéditos, e literalmente revolucionários.

Nesta exposição, tratar-se-á essencialmente:

- da *questão da produção* no momento em que nós entramos numa nova era econômica e industrial, que, face aos últimos desenvolvimentos da gramatização, coloca novamente a questão da *definição* do trabalho;
- da *questão do consumo*, e do que Marx não pôde prever a vinda, tal como ela se reconfigurou no século XX numa relação essencial ao desejo e a sua economia: numa relação essencial a isto que, pela via do imaginário, isto é, do fantasma, e por meio dele, do inconsciente, trans-forma, ligando-o, o material pulsional;
- da *questão do proletariado*, da compreensão e da extensão deste conceito, dos usos e dos desusos que dele foram feitos pela tradição marxista, do seu esquecimento, e da sua *imensa atualidade*;
- da *questão da indústria* e de sua inscrição no vir-a-ser humano considerado do ponto de vista da gramatização;
- da *questão das externalidades*, tal que ela não cessa de se reconfigurar ao logo da industrialização em quanto processo de gramatização, e da sua relação à transindividuação [*transindividation*], isto é, ao comércio;
- da questão das *classes sociais* no quadro de uma nova proletarização, do desaparecimento do que se chama a burguesia – pequena, média ou grande -, e dos desafios de um devir-máfia do capitalismo.